

**A HIDROGRAFIA DO ABANDONO: MAPEANDO O IMPACTO
SOCIOECONÔMICO DAS ENCHENTES EM HUMAITÁ, SUL DO AMAZONAS**

**THE HYDROGRAPHY OF ABANDONMENT: MAPPING THE SOCIOECONOMIC
IMPACT OF FLOODS IN HUMAITÁ, SOUTHERN AMAZONAS**

**LA HIDROGRAFÍA DEL ABANDONO: MAPEANDO EL IMPACTO
SOCIOECONÓMICO DE LAS INUNDACIONES EN HUMAITÁ, SUR DE
AMAZONAS**

Mariana Arinana Canuto Pereira

Mestranda do PPGCA, Universidade Federal do Amazonas, Brasil

E-mail: marianacanuto2004@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8078-6108>

Rodrigo Henrique Risso Aires Alves

Mestrando do PPGCA, Universidade Federal do Amazonas, Brasil

E-mail: rodrigo.aires@ufam.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4257-6326>

Jordeanes do Nascimento Araújo

Professor Doutor do PPGCA, Universidade Federal do Amazonas, Brasil

E-mail: jordeanes@ufam.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6276-2727>

Diana Lima da Silva

Mestranda do PPGCA, Universidade Federal do Amazonas, Brasil

E-mail: dianalima.20011991@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-7025-641X>

Wilson Ramos Martins

Mestrando do PPGCA, Universidade Federal do Amazonas, Brasil

E-mail: wilsonmartinspesca@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-9445-5352>

Miquele Araújo dos Santos

Mestranda do PPGCA, Universidade Federal do Amazonas, Brasil

E-mail: miquelesantos09@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-3582-4241>

Ana Paula Silva Ponce

Mestranda do PPGCA, Universidade Federal do Amazonas, Brasil

E-mail: annaponcej7@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-9660-9613>

Resumo

Este estudo analisa os impactos socioeconômicos e as percepções de moradores sobre as enchentes no bairro Santo Antônio, em Humaitá (AM), região marcada por elevada vulnerabilidade socioambiental em razão da dinâmica fluvial do rio Madeira e da ocupação de áreas de várzea. Trata-se de estudo exploratório, descritivo e de corte transversal, com abordagem predominantemente quantitativa, realizado por meio da aplicação de questionários estruturados a 50 moradores afetados pelas cheias entre 2024 e 2025. Os resultados indicaram que 44% dos participantes afirmaram desejar mudar para um local não sujeito a alagações recorrentes, 22% condicionaram essa decisão às circunstâncias, 28% preferiram permanecer no bairro e 8% relataram nunca ter considerado essa possibilidade. A análise estatística não identificou associação significativa entre o tempo de residência em Humaitá e a intenção de mudança ($\rho = -0,037$; $p = 0,798$), sugerindo que a permanência ou o desejo de mobilidade não se explicam apenas pela variável temporal. Observou-se ainda predominância de participantes autodeclarados pardos (74%), dado que, à luz da literatura sobre desigualdade territorial e justiça ambiental, reforça a necessidade de discutir a distribuição socialmente desigual da exposição aos riscos. Conclui-se que a gestão de riscos na região demanda políticas públicas articuladas de saneamento, proteção social e adaptação climática, sensíveis às vulnerabilidades territoriais e às experiências vividas pela população atingida.

Palavras-chave: Amazônia; vulnerabilidade; justiça ambiental; território.

Abstract

This study analyzes the socioeconomic impacts of flooding and residents' perceptions in the Santo Antônio neighborhood, in Humaitá, Amazonas, a region marked by high socio-environmental vulnerability due to the fluvial dynamics of the Madeira River and the occupation of floodplain areas. This is an exploratory, descriptive, cross-sectional study with a predominantly quantitative approach, conducted through the administration of structured questionnaires to 50 residents affected by floods between 2024 and 2025. The results showed that 44% of participants reported a desire to move to a place not subject to recurrent flooding, 22% stated that this decision would depend on circumstances, 28% preferred to remain in the neighborhood, and 8% reported never having considered this possibility. Statistical analysis did not identify a significant association between length of residence in Humaitá and intention to move ($\rho = -0.037$; $p = 0.798$), suggesting

that permanence or the desire for mobility cannot be explained solely by the temporal variable. A predominance of participants self-identifying as mixed-race (*pardo*) (74%) was also observed, a finding that, in light of the literature on territorial inequality and environmental justice, reinforces the need to discuss the socially unequal distribution of exposure to risk. It is concluded that risk management in the region requires articulated public policies on sanitation, social protection, and climate adaptation that are sensitive to territorial vulnerabilities and to the lived experiences of the affected population.

Keywords: Amazon, vulnerability, environmental justice, territory.

Resumen

Este estudio analiza los impactos socioeconómicos y las percepciones de los residentes sobre las inundaciones en el barrio Santo Antônio, en Humaitá (AM), una región caracterizada por alta vulnerabilidad socioambiental debido a la dinámica fluvial del río Madeira y a la ocupación de áreas de várzea. Se trata de un estudio exploratorio, descriptivo y de corte transversal, con enfoque predominantemente cuantitativo, realizado mediante la aplicación de cuestionarios estructurados a 50 residentes afectados por las crecidas entre 2024 y 2025. Los resultados indicaron que el 44% de los participantes manifestó desear mudarse a un lugar no sujeto a inundaciones recurrentes, el 22% condicionó esta decisión a las circunstancias, el 28% prefirió permanecer en el barrio y el 8% afirmó no haber considerado nunca esa posibilidad. El análisis estadístico no identificó asociación significativa entre el tiempo de residencia en Humaitá y la intención de cambio ($\rho = -0,037$; $p = 0,798$), lo que sugiere que la permanencia o el deseo de movilidad no se explican únicamente por la variable temporal. Se observó además predominio de participantes autodeclarados pardos (74%), lo cual, a la luz de la literatura sobre desigualdad territorial y justicia ambiental, refuerza la necesidad de discutir la distribución socialmente desigual de la exposición a los riesgos. Se concluye que la gestión de riesgos en la región requiere políticas públicas articuladas de saneamiento, protección social y adaptación climática, sensibles a las vulnerabilidades territoriales y a las experiencias vividas por la población afectada.

Palabras clave: Amazonía; vulnerabilidad; justicia ambiental; territorio.

1. Introdução

A região sul do Amazonas é fortemente moldada pela dinâmica fluvial dos rios Madeira e Purus. Em Humaitá, essa hidrografia se manifesta como uma ameaça cíclica: enchentes recorrentes atingem a população, intensificadas pelas mudanças climáticas e ocupação de áreas de várzea. O município, que faz

divisão com Canutama, Tapauá e Manicoré, apresenta uma população atualizada de 57.411 habitantes , conforme os dados do (IBGE, 2022) , revelando um crescimento demográfico que pressiona a infraestrutura urbana local.

Nesse contexto, Humaitá desponta como um polo estratégico regional no Sul do Amazonas. O município é caracterizado por um clima tropical úmido, com temperatura média anual de 25 °C e índices pluviométricos que oscilam entre 2.050 e 2.650 mm. A elevada dependência de poços rasos para o abastecimento hídrico (ANA, 2010), associada a uma matriz econômica baseada na agricultura, pesca e setor informal, intensifica a vulnerabilidade socioambiental diante de eventos hidrológicos extremos. A recorrência de cheias severas, danos estruturais e perdas de materiais que retroalimentam ciclos de negligência institucional e abandono territorial. Recentemente, uma coexistência de enchentes registra na Amazônia e secas severas no Sudeste brasileiro ratifica as projeções de extremos climáticos globais, reiterando a premência de estratégias de mitigação do desmatamento e preservação dos serviços ecossistêmicos, essenciais para a regulação da reciclagem hídrica regional (Nunes; Gallardo; Souza, 2025)

Diante desse cenário, o presente estudo propõe-se a ir além da mera descrição das enchentes em Humaitá. Busca-se compreender as múltiplas camadas de impacto geradas pelos alagamentos, a partir de uma perspectiva que integre as dimensões sociais, econômicas, ambientais e subjetivas. Considerando a singularidade das dinâmicas fluviais, o modo de vida ribeirinho e as desigualdades locais, faz-se necessário um olhar integrado e situado (Brasil, 2024).

Embora a literatura sobre enchentes no Brasil seja ampla, com destaque para modelagens hidrológicas e análises de risco (Nunes; Gallardo; Souza, 2025), estudos específicos sobre Humaitá são escassos. A maioria das pesquisas concentra-se em regiões mais populosas, o que evidencia uma lacuna científica relevante quanto aos impactos diretos vivenciados pela população local. Faltam dados sistematizados que revelem as perdas concretas e simbólicas sofridas em territórios amazônicos menos visibilizados.

A heterogeneidade ecológica do Sul do Amazonas, manifesta nas variações

do Índice de Área Foliar, reflete processos ambientais que respondem de forma assistemática ao uso do solo. Essa fragmentação biofísica, integrada às assimetrias de infraestrutura, molda a organização socioespacial da região, onde a vulnerabilidade socioambiental condiciona de forma desigual as possibilidades de permanência humana no território (Jordão et al., 2015).

Neste contexto, esta pesquisa tem como objetivo mapear os impactos socioeconômicos e os efeitos subjetivos das enchentes no bairro Santo Antônio, em Humaitá (AM), a partir da vivência dos moradores diretamente afetados. Busca-se identificar as vulnerabilidades enfrentadas, as formas de enfrentamento comunitário e os fatores que influenciam o desejo (ou não) de permanecer no território. Ao realizar esse mapeamento, espera-se oferecer subsídios relevantes para políticas públicas mais eficazes de gestão de risco e adaptação às mudanças climáticas.

Parte-se das seguintes hipóteses: A decisão de permanência ou desejo de migração dos moradores do bairro Santo Antônio não é determinada pelo tempo de exposição ao risco (residência prolongada), mas sim pela intensidade da vulnerabilidade socioambiental e pela percepção de suporte institucional. Esta suposição sustenta-se na premissa de que o apego ao lugar e a ausência de alternativas estruturais se sobrepõem à mera contagem cronológica de eventos extremos.

2. Metodologia

2.1 Delineamento do estudo

Este estudo adotou delineamento exploratório, descritivo e de corte transversal, com abordagem predominantemente quantitativa, com o objetivo de analisar os impactos socioeconômicos das enchentes e as percepções de moradores do bairro Santo Antônio, em Humaitá, sul do Amazonas diretamente afetados pelos eventos ocorridos entre dezembro de 2024 e o primeiro semestre de 2025.

2.2 Procedimentos de coleta de dados

A coleta de dados foi realizada por meio de questionário estruturado,

composto por dez perguntas fechadas, aplicado aos participantes de forma presencial, com registro das respostas em formulário digital elaborado no Google Forms (Nicolau Netto; Michetti; Bertencelo, 2024). O instrumento possibilitou a padronização da coleta de informações referentes ao perfil sociodemográfico dos participantes, aos impactos da enchente, às medidas preventivas adotadas, ao apoio recebido e à percepção de risco. Quando presentes, comentários adicionais dos participantes foram considerados apenas como subsídio interpretativo complementar.

2.3 Participantes e amostragem

A amostra foi não probabilística, intencional e por conveniência, composta por 50 moradores diretamente expostos às enchentes no bairro Santo Antônio. Por se tratar de um estudo exploratório, os resultados devem ser interpretados como referentes ao grupo investigado, sem pretensão de generalização estatística para a totalidade da população do município.

2.4 Critérios de inclusão e exclusão

Foram adotados como critérios de inclusão:

- a) residir no bairro Santo Antônio durante o período das enchentes (2024–2025);
- b) ter sido diretamente afetado pelo evento, seja por exposição à cheia, perdas materiais ou necessidade de deslocamento;
- c) possuir idade igual ou superior a 18 anos.

Foram considerados critérios de exclusão:

- a) não residir na área no período analisado;
- b) não ter tido exposição direta à enchente;
- c) não completar integralmente o questionário.

2.5 Instrumento de coleta

O questionário constituiu o principal instrumento de coleta de dados e abrangeu questões fechadas sobre perfil sociodemográfico, tempo de residência no município, histórico de exposição a alagações, ocorrência de doenças durante as enchentes, acesso à água tratada, formas de obtenção de água segura, apoio do poder público, impactos percebidos no cotidiano e intenção de residir em local não

sujeito a alagações recorrentes. O instrumento foi elaborado com finalidade descritiva e aplicado presencialmente, com registro das respostas em formulário digital desenvolvido na plataforma Google Forms, buscando caracterizar as condições de vulnerabilidade socioambiental e os efeitos das enchentes na vida dos moradores do bairro investigado.

2.6 Aspectos éticos

A coleta foi realizada mediante apresentação dos objetivos da pesquisa e obtenção do consentimento livre e esclarecido dos participantes, assegurando-se anonimato, confidencialidade e uso exclusivamente científico das informações coletadas. (Silva et al., 2022).

2.7 Análise dos dados

Os dados foram organizados e tabulados no software Statistical Package for the Social Sciences (SPSS, 27), sendo submetidos à análise descritiva por meio de frequências absolutas e relativas. Para examinar associações entre variáveis ordinais, utilizou-se o coeficiente de correlação de Spearman, adotando-se nível de significância de 5% ($p \leq 0,05$). Quando houve comentários adicionais por parte dos participantes, esses registros foram utilizados apenas como apoio interpretativo complementar aos resultados quantitativos, sem constituir um corpus qualitativo autônomo.

3. Resultados e Discussão

A presente pesquisa contou com a participação de cinquenta (50) moradores do bairro Santo Antônio, em Humaitá (AM), afetados diretamente pelas enchentes ocorridas entre dezembro de 2024 e o primeiro semestre de 2025. A análise dos dados obtidos por meio de questionário estruturado permitiu a identificação de múltiplas vulnerabilidades, abrangendo desde os impactos materiais das cheias até dimensões subjetivas, psicossociais e simbólicas.

3.1 Impactos Socioeconômicos das Enchentes

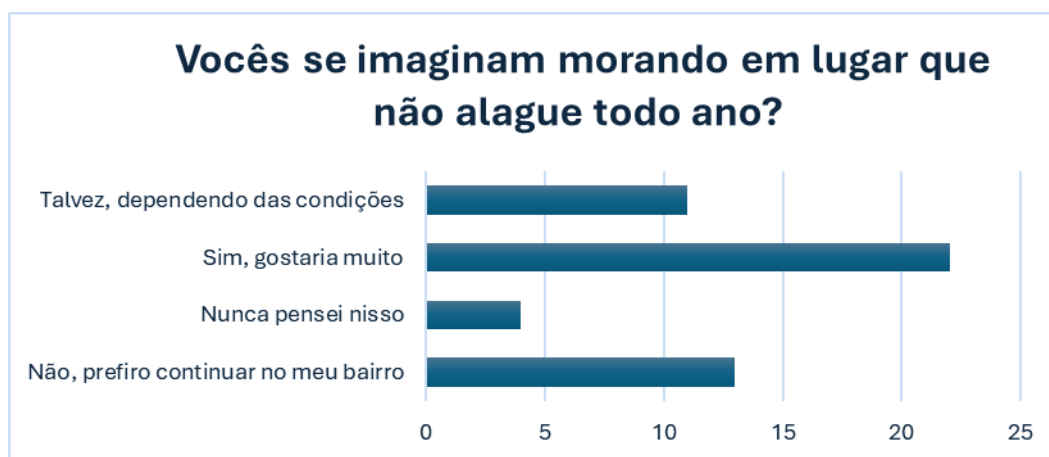
Grande parte dos participantes reside em áreas de várzea, sujeitas a inundações cíclicas. Dentre os efeitos mais frequentemente citados estão: 1. Perda

parcial ou total da moradia; 2. Aumento de doenças de veiculação hídrica e ambiental, como diarreia, leptospirose, dengue e infecções de pele; 3. Falta de acesso à água potável durante o período da cheia, forçando os moradores a recorrer a fontes precárias; 3. Ajuda eventual do poder público, centrada sobretudo na distribuição de cestas básicas.

Essas informações apontam para um quadro de injustiça ambiental, conforme delineado por (Acselrad, 2002), segundo o qual comunidades vulnerabilizadas arcam de forma desproporcional com os riscos ambientais, sem acesso equitativo aos recursos de proteção. Em Humaitá, a distribuição desigual dos danos ambientais está entrelaçada com processos históricos de marginalização territorial e racial.

3.2. Desejo de Mudança Frente à Recorrência De Enchentes

Gráfico 1 - Desejo de mudança frente à recorrência de enchentes: percepções os moradores (n= 50)



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

O gráfico 1 mostra que 22 respondentes (44,0%) assinalaram a alternativa “Sim, gostaria muito”, indicando intenção explícita de deixar a área marcada pela recorrência de alagamentos. Em contrapartida, 14 participantes (28,0%) declararam “Não, prefiro continuar no meu bairro”, resultado que pode estar associado a vínculos de pertencimento, apego ao território e valorização das redes locais de convivência e suporte. Outros 11 respondentes (22,0%) selecionaram “Talvez,

dependendo das condições”, evidenciando uma disposição condicional à mobilidade, possivelmente dependente da existência de alternativas habitacionais, apoio institucional e garantias mínimas de segurança e estabilidade. Por fim, 4 participantes (8,0%) afirmaram “Nunca pensei nisso”, achado que pode sugerir naturalização da exposição ao risco, baixa expectativa de mudança ou restrição do horizonte de possibilidades diante das condições estruturais vivenciadas. Em conjunto, os dados indicam que a intenção de migrar coexiste com formas distintas de permanência, revelando que a decisão de sair ou permanecer no território não se reduz à ocorrência do evento extremo, mas envolve fatores sociais, afetivos e materiais que condicionam as estratégias dos moradores frente à vulnerabilidade.

Essa variação nas respostas aponta para o fato de que o desejo de permanecer ou migrar não se fundamenta exclusivamente na experiência objetiva do risco ambiental, mas está atravessado por dimensões subjetivas, simbólicas, sociais e estruturais que configuram a relação dos sujeitos com o território.

3.3. Dimensões Subjetivas e Sociais da Permanência

Na perspectiva da sociologia do risco, teóricos como Beck, 1992 e Giddens, Anthony (1991) argumentam que a forma como as pessoas reagem a ameaças ambientais — como enchentes frequentes — não obedece a uma racionalidade linear, mas é moldada por uma série de condicionantes sociais, históricos e culturais. A decisão de permanecer ou sair envolve, assim, uma intersecção de variáveis como condições econômicas, vínculos afetivos, acesso a infraestrutura, relações comunitárias e experiências passadas.

Essa perspectiva é corroborada pela psicologia ambiental, que enfatiza os vínculos afetivos, cognitivos e simbólicos estabelecidos entre indivíduos e lugar. Nessa abordagem, o apego ao lugar contribui para a permanência no território mesmo em contextos de adversidade, pois experiências acumuladas, identidades construídas e memórias compartilhadas reforçam o sentido de pertencimento (Scannell; Gifford, 2010). No bairro Santo Antônio, a decisão de 14 entrevistados de permanecer ratifica esse processo, ao indicar que o pertencimento e a identidade territorial podem prevalecer sobre a percepção do risco físico,

consolidando o espaço vivido como suporte de memória, continuidade e trajetória de vida.

A resposta condicional, expressa por 'Talvez, dependendo das condições', evidencia a vulnerabilidade socioambiental em sua dimensão estrutural. Esse posicionamento revela que a decisão de migrar não é um ato puramente voluntário, mas condicionado pela distribuição desigual de recursos materiais, institucionais e políticos. Como observa (Smith, 2023), a vulnerabilidade se manifesta na disparidade da capacidade de resposta: embora exista o desejo de deslocamento, as limitações econômicas e a negligência das políticas públicas restringem a autonomia dos moradores. Assim, a mobilidade humana frente ao risco em Humaitá deve ser entendida não apenas como uma escolha individual, mas como o resultado da capacidade real de ação, ou da imobilidade forçada, diante das pressões do território

Adicionalmente, a constante exposição a situações de risco pode provocar um sentimento prolongado de insegurança entre os moradores, impactando negativamente sua saúde emocional. Conforme indicado por (Cianconi; Betrò; Janiri, 2020), comunidades que vivenciam desastres com frequência demonstram maior propensão a quadros de ansiedade e desalento, especialmente quando há ausência de apoio por parte das instituições. Diante disso, torna-se essencial que as políticas públicas contemplem, além de medidas estruturais, estratégias permanentes de acolhimento psicológico. O enfrentamento das enchentes, portanto, deve integrar soluções técnicas e atenção ao sofrimento psíquico da população atingida.

3.3. Correlações Entre Variáveis Sociais e Ambientais

Tabela 1 – Correlações de Spearman entre Tempo em Humaitá, Impacto das Enchentes e Desejo de Mudança (n = 50)

Variáveis	ρ (Spearman)	p-valor (Sig.)
Tempo em Humaitá x Impacto das Enchentes	0.010	0.946
Tempo em Humaitá x Desejo de Mudança	-0.037	0.798
Impacto das Enchentes x Desejo de Mudança	0.189	0.189

Correlação de Spearman. Nível de significância considerado: 5%.
Fonte: Dados da pesquisa, SPSS 27.

O coeficiente de correlação de Spearman ($\rho = -0.037$) indica uma relação negativa extremamente fraca, praticamente nula, entre o tempo de moradia em Humaitá e o desejo de mudar para um local que não alague. Trata-se de uma correlação sem relevância prática. Além disso, o valor de significância estatística associado ($p = 0.798$) é consideravelmente superior ao nível de corte convencional ($p \leq 0.05$), o que impede qualquer inferência de associação significativa entre as variáveis analisadas. Dessa forma, conclui-se que a relação observada na amostra pode ter ocorrido por acaso, sem respaldo estatístico para generalização.

A inexistência de correlação estatisticamente significativa entre o tempo de residência em Humaitá e o desejo de mudança indica que a permanência prolongada no território não representa, por si só, um fator determinante nas decisões de mobilidade dos moradores. Ao contrário, esse resultado aponta para a atuação de elementos mais sutis e complexos, como aspectos simbólicos, vínculos emocionais, condições socioeconômicas e dinâmicas culturais, que parecem ter maior peso nas escolhas individuais e coletivas frente a contextos de risco.

Para (Adger et al., 2013), as respostas sociais às ameaças ambientais não decorrem apenas da magnitude objetiva do perigo ou do tempo de exposição, mas são mediadas por fatores culturais e sociais, como identidade, coesão comunitária, sentido de lugar e experiências vividas. Nessa perspectiva, a percepção de risco resulta de processos socialmente situados, atravessados por trajetórias históricas,

desigualdades estruturais e capacidades desiguais de adaptação, o que ajuda a explicar por que populações expostas a alagamentos podem permanecer no território mesmo diante de ameaças recorrentes.

Dentro da perspectiva da geografia humanista, (Mitchell, 2020) contribui com o conceito de topofilia, que expressa o apego afetivo ao lugar como dimensão central da experiência espacial. Mesmo em face de desastres recorrentes, muitos indivíduos optam por permanecer devido à presença de redes de pertencimento, memórias afetivas, identidade territorial e relações comunitárias que sustentam o vínculo com o local. Assim, o tempo de moradia, embora relevante, não determina linearmente o desejo de se deslocar ou permanecer, pois esse desejo está imbricado em significados que extrapolam a lógica da racionalidade instrumental. No campo epistemológico, adota-se uma abordagem interpretativa e relacional, que concebe o território não como um espaço neutro ou puramente físico, mas como um espaço vívido, constituído por práticas, sentidos e afetos. Sob essa compreensão, as decisões sobre mobilidade e permanência são reveladas à luz das relações sociais, das desigualdades estruturais e das formas de resistência que se configuram nos territórios. Tal perspectiva converge com as contribuições de (Ribot, 2014), ao destacar que a vulnerabilidade socioambiental é inseparável da forma como os recursos, o poder e as condições de adaptação são distribuídos socialmente, moldando de forma desigual as possibilidades de resposta a eventos extremos.

Tabela 2 – Distribuição dos participantes segundo cor ou raça (n = 50)

Cor/Raça	Frequência	Porcentagem (%)	Porcentagem válida (%)	Porcentagem acumulada (%)
Preto(a)	6	11,5	12,0	12,0
Pardo(a)	37	71,2	74,0	86,0
Branco(a)	7	13,5	14,0	100,0
Total	50	96,2	100,0	

Fonte: Dados da pesquisa, SPSS 27.

A Tabela 2 mostra que **74%** dos participantes se autodeclararam pardos(as), **14%** brancos(as) e **12%** pretos(as). Essa distribuição racial é coerente com o perfil sociodemográfico observado em diferentes municípios da Amazônia Legal, nos quais a predominância de populações racializadas, especialmente pardas, expressa processos históricos de desigualdade racial, pobreza estrutural e ocupação de territórios mais expostos a riscos socioambientais (Ribeiro, 2017). Nesse contexto, os dados reforçam que a vulnerabilidade às enchentes não se distribui de forma aleatória, mas incide de maneira mais intensa sobre grupos social e racialmente marcados, evidenciando a articulação entre raça, território e injustiça ambiental.

Do ponto de vista teórico, autores como (Almeida, 2019) argumentam que o racismo estrutural no Brasil produz e mantém assimetrias no acesso a bens materiais, serviços públicos, moradia digna e participação política. Em situações de vulnerabilidade socioambiental, como enchentes recorrentes, esses marcadores sociais da diferença, sobretudo a cor/raça, não apenas indicam desigualdade, mas operam como determinantes da exposição e da capacidade de resposta aos riscos climáticos (Acsegrad, 2002).

Essa realidade é reforçada por estudos da área de justiça ambiental, que denunciam que populações negras e pardas tendem a habitar as zonas mais vulneráveis dos centros urbanos e periurbanos, como várzeas, encostas e margens de rios — locais onde os danos causados por enchentes são mais severos (Porto; Pacheco; Leroy, 2013). No caso de Humaitá, é plausível inferir que o predomínio de pessoas pardas entre os participantes representa não apenas um dado demográfico, mas um indício de como a lógica de ocupação territorial se articula com processos históricos de racialização e exclusão.

Epistemologicamente, adota-se aqui uma abordagem crítica e decolonial, que rompe com a noção de neutralidade dos dados e reconhece que a cor da pele e a condição social não são variáveis isoladas, mas sim indicadores de uma hierarquia social profundamente enraizada no modelo colonial brasileiro (Quijano, 2000). Essa leitura propõe que a produção do conhecimento científico não pode se

furtar à análise das relações de poder que estruturam o território e os corpos que o habitam.

3.3 Fragilidade Institucional e Ausência de Políticas Estruturantes

A análise dos dados revelou que apenas 18% dos entrevistados relataram receber apoio contínuo do poder público. Em sua maioria, os moradores dependem da solidariedade comunitária ou de ações pontuais como distribuição de alimentos. Muitos relataram não ter acesso a água tratada durante as enchentes, o que agrava os riscos sanitários.

A ausência de planejamento urbano e de ações preventivas evidencia fragilidade institucional. Conforme argumentam (Cid et al., 2024), estratégias de gestão de risco baseadas em respostas hierárquicas e tecnocráticas, quando pouco articuladas às capacidades locais e à participação comunitária, tendem a limitar a efetividade da ação pública e a perpetuar vulnerabilidades preexistentes. Nesse contexto, a insuficiência de políticas de reassentamento digno, saneamento básico e proteção social revela a persistência de uma atuação estatal fragmentada diante das populações mais expostas.

4. Limitações do Estudo

Este estudo apresenta limitações que devem ser consideradas na interpretação dos achados. A análise concentra-se em uma realidade socioterritorial específica, o que restringe a generalização dos resultados para outros contextos da Amazônia. Além disso, o recorte adotado não permite acompanhar, ao longo do tempo, as mudanças nas percepções comunitárias e nos efeitos psicossociais decorrentes das enchentes. Também permanece como limite a necessidade de maior aprofundamento qualitativo e de comparações entre diferentes territórios, a fim de captar com mais precisão a diversidade de experiências, vulnerabilidades e estratégias de resistência presentes em distintos contextos amazônicos.

5. Conclusão

Os impactos das enchentes em Humaitá vão além dos danos materiais, afetando modos de vida, bem-estar psicológico e vínculos com o território. À luz da psicologia social crítica e da justiça ambiental, esses eventos expressam desigualdades estruturais históricas. A análise interseccional mostrou que raça, classe, território e fragilidade das políticas públicas aprofundam vulnerabilidades, mas também evidenciam formas de resistência. Valorizar as vozes e os saberes da comunidade é essencial para formular políticas públicas mais justas e adequadas à realidade local.

6. Agradecimentos

Agradecemos à Universidade Federal do Amazonas (UFAM), em especial ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA), pelo suporte acadêmico e institucional que tornou possível a realização desta pesquisa. Reconhecemos também o compromisso ético e científico de todos os envolvidos no desenvolvimento do estudo, assim como a colaboração generosa dos moradores do bairro Santo Antônio, em Humaitá, que compartilharam suas vivências com coragem e sensibilidade, contribuindo de forma essencial para a construção deste trabalho.

Referências

- ACSELRAD, Henri. Justiça ambiental e construção social do risco. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 5, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/dma.v5i0.22116>
- ADGER, W. Neil *et al.* Cultural dimensions of climate change impacts and adaptation. *Nature Climate Change*, v. 3, n. 2, p. 112–117, fev. 2013.
- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. [S.l.]: Pólen Editorial, 2019.
- AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO (Brasil). *Atlas águas: segurança hídrica do abastecimento urbano. Brasília (2010)*
<https://www.ana.gov.br/atlasaguas/atlas-aguas?m=estado&b=AM>
- BECK, Ulrich. **Risk Society : Towards a New Modernity**. [S.l.]: London ; Newbury Park, Calif. : Sage Publications, 1992.
- BRASIL, Roberto Sávio Rodrigues. DINÂMICA GEOMORFOLÓGICA FLUVIAL DO RIO MADEIRA. 2024.

CIANCONI, Paolo; BETRÒ, Sophia; JANIRI, Luigi. The Impact of Climate Change on Mental Health: A Systematic Descriptive Review. **Frontiers in Psychiatry**, v. 11, 6 mar. 2020.

CID, A. *et al.* Mobilizing institutional capacities to adapt to climate change: local government collaboration networks for risk management in Mexico City. **npj Climate Action**, v. 3, n. 1, p. 20, 6 mar. 2024.

GIDDENS, Anthony. As conseqüências da modernidade. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991. de https://www.ispsn.org/sites/default/files/documentos-virtuais/pdf/anthony_giddens_-_as_consequencias_da_modernidade.pdf

IBGE. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/am/humaita.html>>. Acesso em: 29 mar. 2026.

JORDÃO, Walleson Higor Corrêa *et al.* Variabilidade do índice de área foliar em campos naturais e floresta de transição na região Sul do Amazonas. **Revista Ambiente & Água**, v. 10, p. 363–375, 2015.

MITCHELL, Peta. Geolocalizações. *In*: LYNCH, Diedre Shauna (Org.). **Oxford Research Encyclopedia of Literature**. [S.l.]: Oxford University Press, 2020. p. 0.

NICOLAU NETTO, Michel; MICHETTI, Miqueli; BERTONCELO, Edison. Desafios e potencialidades do uso de questionário estruturado em pesquisas sociológicas sobre distinção e classes sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 39, p. e39037, 2024.

NUNES, Michael Vinícius Pontes; GALLARDO, Nuria Pérez; SOUZA, Tamira David de. Entre rios e riscos: diagnóstico territorial e social de áreas sujeitas a inundações em uma cidade da Amazônia Legal. **REVISTA DELOS**, v. 18, n. 66, p. e4805–e4805, 22 abr. 2025.

PORTO, Marcelo Firpo; PACHECO, Tania; LEROY, Jean Pierre. **Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o Mapa de Conflitos**. [S.l.]: Editora FIOCRUZ, 2013.

QUIJANO, Aníbal. Coloniality of Power and Eurocentrism in Latin America. **International Sociology**, v. 15, n. 2, p. 215–232, 1 jun. 2000.

RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala? Belo Horizonte: Letramento, 2017. Disponível em: <https://www.sindjorce.org.br/wp-content/uploads/2019/10/RIBEIRO-D.-O-que-e-lugar-de-fala.pdf>

RIBOT, Jesse. Cause and response: vulnerability and climate in the Anthropocene. **Journal of Peasant Studies**, v. 41, n. 5, p. 667–705, 1 set. 2014.

SCANNELL, Leila; GIFFORD, Robert. Defining place attachment: A tripartite organizing framework. **Journal of Environmental Psychology**, v. 30, n. 1, p. 1–10, 1 mar. 2010.

SILVA, Edjane Araújo da *et al.* Simultaneidade de comportamentos de risco para saúde e fatores associados na população brasileira: dados da Pesquisa Nacional de Saúde - 2013.

Cadernos Saúde Coletiva, v. 30, p. 297–307, 2022.

SMITH, Betsy. Review: Environmental Justice and Resilience in an Age of Uncertainty.

Journal of Social Equity and Public Administration, v. 1, n. 1, p. 93–95, 3 jan. 2023.